

# CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

*Data de submissão: 09/03/2023*

*Data de aceite: 03/04/2023*

**Julyanne de Moraes Coutinho Neves Pereira**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Recife – Pernambuco  
<http://orcid.org/0000-0002-1016-0898>

**Jéssica Emanuela Mendes Morato**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Recife – Pernambuco  
<https://orcid.org/0000-0002-0852-9676>

**Naiva Kelly Gomes de Lima**

Universidade Estadual da Paraíba/  
Universidade de Pernambuco – UEPB/  
UPE  
Recife – Pernambuco  
<https://orcid.org/0000-0002-7689-7518>

**Morgana Cristina Leôncio de Lima**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Olinda – Pernambuco  
<http://orcid.org/0000-0001-9953-5395>

**Emily Nascimento Pessôa Lins**

Universidade Federal de Pernambuco –  
UFPE  
Recife – Pernambuco  
<https://orcid.org/0000-0002-4782-407X>

**Tarcisia Domingos de Araújo**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Recife – Pernambuco  
<https://orcid.org/0000-0002-9274-6154>

**Jéssyka Chaves da Silva**

Universidade Estadual da Paraíba/  
Universidade de Pernambuco – UEPB/  
UPE  
Recife – Pernambuco  
<https://orcid.org/0000-0002-2070-7893>

**Laura Xavier de Moraes**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Recife – Pernambuco  
<http://orcid.org/0000-0002-5745-0729>

**Glaucia Alyne Nunes de Lacerda**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Recife – Pernambuco  
<http://orcid.org/0000-0002-8010-0946>

**Rafaela Almeida Silva**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Recife – Pernambuco  
<https://orcid.org/0000-0003-0115-7432>

**Paulo César da Costa Galvão**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Recife – Pernambuco  
<https://orcid.org/0000-0001-6306-4018>

**Marcelle de Barros e Silva Torres**

Universidade de Pernambuco – UPE  
Recife – Pernambuco  
<https://orcid.org/0009-0009-4723-7252>

**RESUMO:** Esta revisão buscou categorizar os estudos relacionados com os direitos sexuais e reprodutivos com a finalidade de elencar lacunas na literatura acerca da temática para posteriores estudos. Foi realizada a busca em três principais bases de dados eletrônicas em saúde para embasar a revisão integrativa. Conforme os critérios de inclusão e exclusão, sete artigos publicados desde maio de 2014 a 2018 no mesmo mês foram selecionados. Mais da metade dos estudos, teve como público alvo os adolescentes, e outros focaram em portadores de deficiência, pessoas não portadoras de deficiência e assistentes sociais. Os estudos revelaram a necessidade de políticas públicas que apoiem os adolescentes nos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a ampliação do acesso aos equipamentos de saúde e debates sobre programas de promoção da equidade de gênero e da saúde sexual e reprodutiva. É fundamental o conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos para todos os grupos, inclusive os profissionais de saúde para que seja adotada uma abordagem mais favorável. Mais estudos sobre direitos sexuais e reprodutivos devem ser estimulados, principalmente no Brasil, para um melhor conhecimento fortalecimento da saúde sexual de todos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade, comportamento sexual.

## CATEGORIZATION OF STUDIES ON SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS

**ABSTRACT:** This review sought to categorize studies related to sexual and reproductive rights in order to list gaps in the literature on the subject for further studies. The search was performed in three main electronic health databases to support the integrative review. According to the inclusion and exclusion criteria, seven articles published from May 2014 to 2018 in the same month were selected. More than half of the studies targeted adolescents, and others focused on people with disabilities, non-disabled people and social workers. The studies revealed the need for public policies that support adolescents in sexual and reproductive rights, as well as broadening access to health facilities and discussions about programs promoting gender equity and sexual and reproductive health. Knowledge of sexual and reproductive rights for all groups, including health professionals, is crucial for a more favorable approach. Further studies on sexual and reproductive rights should be encouraged, especially in Brazil, for a better understanding of the sexual health of all.

**KEYWORDS:** Sexual and reproductive rights, sexuality, sexual behavior.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os direitos à saúde sexual e reprodutiva (DSR) são considerados como uma conquista histórica e são relativamente novos no mundo (BRASIL, 2013). Advindo da luta pela cidadania, eles incluem, principalmente, a experiência sexual, a maternidade e a contracepção autodecidida. Sabe-se que foi a partir da Declaração de Direitos Humanos, adotada no ano de 1948, que a comunidade internacional, por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu uma série de Convenções Internacionais nas quais foram articulados estatutos comuns de cooperação mútua e métodos de controle que iriam possibilitar um elenco de direitos considerados básicos à vida com dignidade, os chamados

direitos humanos (LEMOS, 2014).

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994, debateu-se, pela primeira vez, a sexualidade em um sentido positivo em detrimento das discussões sobre mutilações genitais, violência sexual e DSTs (doenças sexualmente transmissíveis), chamadas atualmente de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Esse documento representa marco fundamental na igualdade dos sexos e em uma dimensão ampla de direitos humanos em que saúde sexual e reprodutiva estão presentes (MORAES; VITALLE, 2012).

A saúde de adolescentes e jovens está diretamente relacionada à promoção do protagonismo juvenil e do exercício da cidadania, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à educação em saúde e à prevenção de agravos. Portanto, é necessário salientar que, do ponto de vista ético, político e legal, está assegurado o direito desse grupo etário à atenção integral à saúde, incluindo-se nessa atenção à saúde sexual e a saúde (BRASIL, 2013).

A saúde sexual e reprodutiva pode ser considerada como uma sensação de bem-estar físico, emocional, mental e social relativo a todos os aspectos da sexualidade e da reprodução, e não apenas a inexistência de doenças. Sendo assim, uma abordagem benéfica, no que tange à sexualidade e à reprodução deve elencar fatores como relações saudáveis permeadas pela confiança e pelo diálogo, promovendo uma condição de vida harmoniosa. É sabido que as pessoas têm o direito de tomada de decisão em questões relacionadas com seus corpos e atingir a saúde sexual, nesse sentido, está atrelada com questões humanas inerentes a pessoa que requer usufruir dos direitos sexuais e reprodutivos (NERY et al., 2015).

Os questionamentos sobre os direitos sexuais e reprodutivos estão atrelados aos pontos prioritários na Atenção Básica em saúde. Esta representa, muitas vezes, uma parte complexa da assistência à saúde, visto que envolve não só questões biológicas, mas questões ampliadas do meio social, cultural, econômico e Ambiental (BRASIL, 2014). Nesse contexto, pretendeu-se com esta revisão categorizar os estudos relacionados com os direitos sexuais e reprodutivos com a finalidade de elencar lacunas na literatura acerca da temática para posteriores estudos, contribuindo com a divulgação do tema nos meios científicos.

## 2 | MÉTODO

Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa, realizada a partir da reunião do conhecimento científico produzido sobre o assunto abordado, construída por meio de análise crítica e minuciosa dos estudos disponíveis no meio científico, visando elencar as principais lacunas do tema proposto (BRASIL, 2014). O presente estudo busca responder a seguinte pergunta norteadora: De que forma os estudos sobre direitos sexuais e reprodutivos estão

categorizados?

O processo para seleção dos artigos foi dividido em quatro fases seguindo os critérios do PRISMA (Figura 1), onde a primeira - fase de identificação - buscou estudos presentes nas bases de dados Lilacs, Pubmed e Scopus através do cruzamento dos (DECS/MESH) Direitos Sexuais e Reprodutivos, Sexualidade e Comportamento Sexual, separados pelo operador boleano “and”. Na segunda fase -seleção- foram aplicados os filtros, que remeteram a artigos escritos em inglês, português e espanhol e que foram publicados no período de maio de 2014 a 2018 no mesmo mês.

A terceira fase -elegibilidade- procedeu com a leitura dos títulos e resumos dos artigos para seleção dos que se adequavam aos seguintes critérios de inclusão: a) estudos; b) cujo público alvo foi composto unicamente por mulheres que sofreram mastectomia bilateral ou unilateral; c) artigos cuja amostra não possuísse outras comorbidades associadas ou alguma condição que alterassem sua auto-imagem e sexualidade. Foram excluídos do estudo dissertações, teses e revisões.

Ao realizar o cruzamento dos descritores mencionados, 43 artigos foram encontrados, sendo 9 duplicados. Nesse sentido, para proceder com a utilização dos recursos metodológicos, foi realizada a leitura dos títulos e resumos, nos quais apenas 13 foram retirados por não atender ao critério. Com isso, restaram 21 artigos para a etapa seguinte (inclusão), que correspondia a leitura dos artigos na íntegra, onde os seguintes critérios de exclusão foram aplicados: a) estudos que não responderam à pergunta norteadora; b) artigos de reflexão.

Durante todo o processo, dois pesquisadores, de forma independente, realizaram a busca, obedecendo aos princípios de duplo cegamento preconizado pelo PRISMA. As divergências entre os revisores foram resolvidas através de um terceiro pesquisador. Por fim, dos 21 artigos que foram identificados para leitura na íntegra, 8 foram incluídos no presente estudo.

Os artigos selecionados foram então lidos e analisados na íntegra. Para melhor exemplificação dos dados, elaborou-se um quadro com as seguintes variáveis: título do artigo, autores, periódico, ano de publicação, país de origem do estudo, base de dados na qual se encontrava indexado, tipo/abordagem do estudo, população estudada e conclusões.

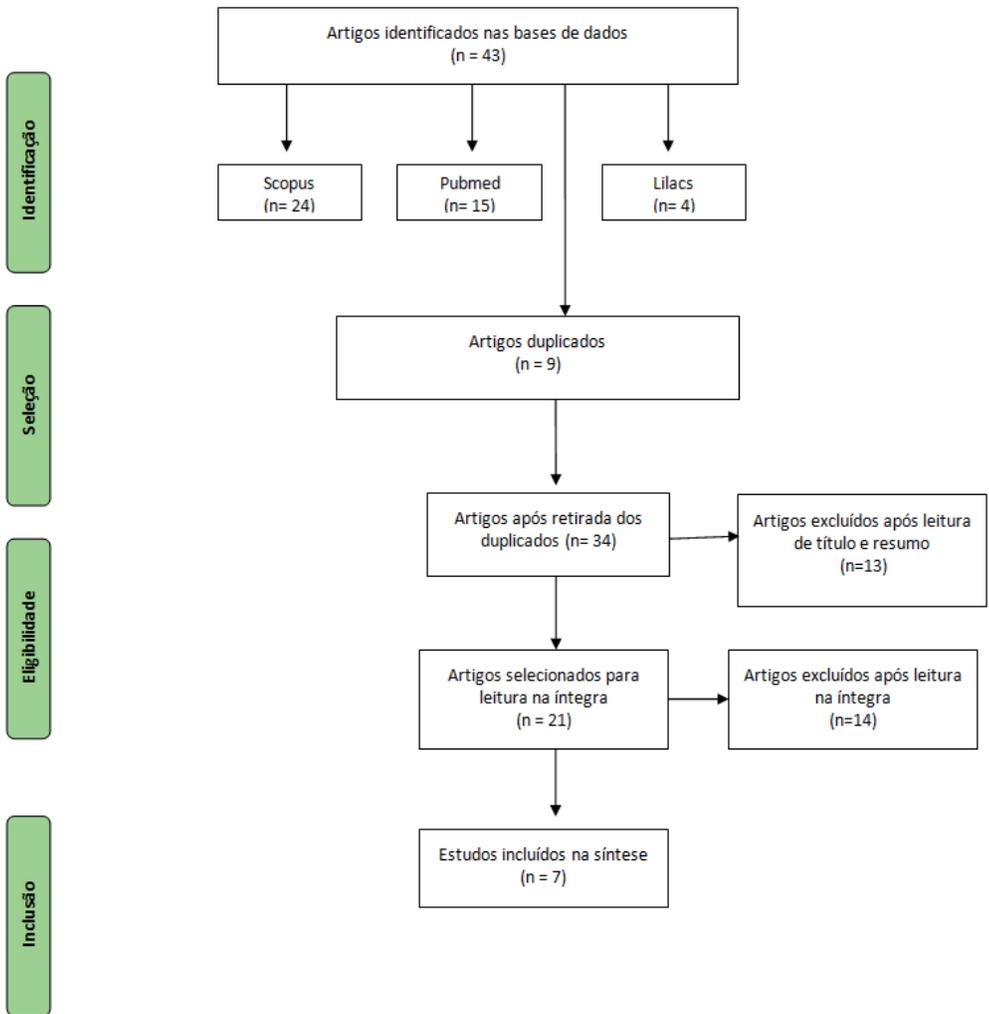


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção do estudo

### 31 RESULTADOS

Dentre os oito estudos selecionados, 50% (4) foram realizados na África, 37,5% (3) na América Central e 12,5% (1) na América Central. Com relação aos tipos de estudo dos artigos, 75% (6) são artigos qualitativos, 12,5% (1) estudo descritivo e 12,5% (1) artigo transversal. Quanto a população dos estudos, 62,5% (5) escolheram adolescentes, onde um estudo especificou as adolescentes do sexo feminino. Outros foram estudos focaram em portadores de deficiência, pessoas não portadoras de deficiência e assistentes sociais. (Tabela 1).

Nº	Autor/Ano	País	Tipo de Estudo	População
1	Ferrari <i>et al.</i> , 2018	Brasil	Qualitativo	Adolescentes do sexo feminino
2	Muller <i>et al.</i> , 2018	Malawi, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué	Qualitativo	Adolescentes
3	Hunt <i>et al.</i> , 2017	África do Sul	Qualitativo	Com deficiência física
4	Hunt <i>et al.</i> , 2017	África do Sul	Transversal	Sem deficiência física
5	Arguedas, 2016	Costa Rica	Descritivo	Adolescentes
6	Essack <i>et al.</i> , 2016	África do Sul	Qualitativo	Assistentes sociais
7	Macintyre <i>et al.</i> , 2015	Chile	Qualitativo	Adolescentes
8	Macintyre <i>et al.</i> , 2015	Chile	Qualitativo	Adolescentes

Tabela 1: Caracterização dos estudos de acordo com o ano de publicação, local, tipo de estudo e população.

Fonte: Autores, 2019

Quando analisada a abordagem dos estudos sobre direitos sexuais, todos os estudos apontaram que existe necessidade de discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos e programas de saúde para cada público envolvido. No quadro 1, apresenta os principais achados dos artigos selecionados.

Nº	Principais achados
1	Necessita-se de discussão de políticas públicas e programas eficazes para promoção da equidade de gênero e da saúde sexual e reprodutiva.
2	Há necessidade de reforma legislativa, destacando as consequências deletérias da recusa da prestação de serviços de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes de minorias sexuais, particularmente em países com estruturas de criminalização.
3	Os entrevistados pareciam resistir às crenças e às atribuições dessexualizantes de outros, orgulhando-se de sua capacidade de engajar em diferentes tipos de comportamento sexual e negociação de relações sexuais. O estudo mostra que as pessoas com deficiência e as concepções de Saúde Sexual e Reprodutiva e relações sexuais são ativamente afetadas pelas atitudes dessexualizadoras de outras pessoas não deficientes.
4	Pessoas sem deficiência percebem pessoas com deficiências físicas como tendo menos direitos sexuais e reprodutivos e obtendo mesmos benefícios de serviços de saúde sexual e reprodutiva, do que a população sem deficiência.
5	É importante que o enfermeiro em obstetrícia conheça e desenvolva técnicas educativas, a fim de facilitar a aprendizagem colaborativa sobre saúde sexual, saúde reprodutiva, direitos sexuais e direitos reprodutivos, principalmente porque o efeito que causam é seguro para a aprendizagem e alfabetização sexual de diferentes populações, especialmente aquelas representadas por adolescentes.
6	Profissionais de saúde com níveis mais altos de educação adotam uma abordagem mais favorável aos jovens, sobre Saúde Sexual e Reprodutiva.
7	É importante a análise crítica de informações qualquer que seja a fonte a fim de tomar decisões bem informadas sobre a sexualidade e a saúde sexual de crianças e adolescentes.

<b>8</b>	Existem inúmeras lacunas entre as necessidades de informação dos adolescentes e as informações fornecidas pelos pais, professores e profissionais de saúde sobre direitos sexuais e reprodutivos.
----------	---

Quadro 1: Principais achados referentes aos direitos sexuais.

Fonte: Autores, 2019

## 4 | DISCUSSÃO

Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas que apoiem os adolescentes nos direitos sexuais e reprodutivos. Muitos artigos que tratam desta temática citam a ampliação do acesso aos equipamentos de saúde como forma de solucionar este problema, além disso estes serviços devem atender as demandas específicas deste público para que haja redução de gravidez indesejada e possíveis complicações que o tornam vulneráveis como as Infecções Sexualmente Transmissíveis e AIDS (TAQUETTE, 2013). Além disso, há importância de debates sobre programas eficazes que tenham como objetivo a promoção da equidade de gênero e da saúde sexual e reprodutiva (FERRARI; PERES; NASCIMENTO, 2018).

A reforma legislativa é um aspecto como suporte legal para o acesso à informação do público de adolescentes considerados minorias sexuais e de gênero (MÜLLER et al., 2018). Nesse sentido, este grupo é considerado de pouco acesso à informação necessária sobre sua saúde sexual e reprodutiva, bem como sobre os serviços de saúde. Nesse contexto, a proteção legal para a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes é fundamental para o alcance da igualdade de gênero e da autonomia.

Pode-se acrescentar que o conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos são igualmente importantes para o público portador de deficiências. Além da dificuldade do acesso a serviços de saúde sexual, este grupo também sofre com o estigma social e enfrenta dificuldades para exercer seu direito sexual e reprodutivo (HUNT et al., 2017a). No mesmo eixo, sabe-se que os preconceitos e estereótipos, principalmente dos familiares, representam entraves na vida da pessoa em situação de deficiência.

Além disso, também se relaciona o assunto da sexualidade por meio da percepção de pessoas que não possuem deficiências físicas, enaltecendo que estas identificam os deficientes como tendo menos direitos sexuais e reprodutivos e por conta disto, são privadas de benefícios inerentes aos serviços de saúde para pessoas sem deficiência (HUNT et al., 2017b). Entretanto, para que esta visão seja reduzida, é necessário esforços governamentais de elaboração de boas práticas que auxiliam o processo de inclusão, tendo como meta o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade das pessoas com deficiência em todos os segmentos sociais, inclusive no contexto da saúde sexual e reprodutiva.

Identificou-se a relevância do profissional de enfermagem com fins educativos para colaboração sobre a saúde sexual, reprodutiva, direitos sexuais e direitos reprodutivos de forma a promover orientação também, dentre outras populações, para os adolescentes

(ARGUEDAS, 2016). Nesse âmbito, para a garantia do exercício da saúde sexual e reprodutiva, é necessária uma Atenção Primária em Saúde (APS) atuante como estratégia para orientação do cuidado prestado visando a promoção em saúde, abordando diferentes maneiras de vivenciar a sexualidade.

Pode-se então inferir que profissionais de saúde com níveis mais altos de educação adotam uma abordagem mais favorável aos jovens, sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (ESSACK; TOOHEY; STRODE, 2016). Isso explica-se, pelo fato de a promoção da saúde possibilitar interações dos adolescentes com o profissional de saúde, melhorando a qualidade da assistência na saúde sexual nesse público.

Os estudos incluídos discorrem sobre a relevância da análise com criticidade pelos profissionais de saúde das informações com o objetivo de tomar as melhores condutas sobre a sexualidade e a saúde sexual de crianças e adolescentes. E sendo assim, destaca-se que a atenção aos adolescentes possui lacunas pela carência de orientações de diversos atores como: pais, professores e profissionais de saúde e para que esta realidade seja modificada são necessários estudos que visem a saúde sexual e reprodutiva no adolescente (MACINTYRE; VEGA; SAGBAKKEN, 2015a; MACINTYRE; VEGA; SAGBAKKEN, 2015b) Nesse contexto a promoção a saúde é o principal ganho, proporcionando uma melhor qualidade de vida da saúde sexual e reprodutiva.

## 5 | CONCLUSÕES

Quando aos direitos sexuais e reprodutivos, apenas um artigo foi desenvolvido no Brasil, o que abre uma possibilidade teórica e temática para pesquisas sobre sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos principalmente no público adolescente. O empoderamento dos Direitos Sexuais e reprodutivos é importante ferramenta para a solidificação da saúde sexual. É fundamental o fornecimento de orientações e esclarecimentos sobre métodos que tornem os adolescentes livres em suas escolhas de acordo com seu projeto de vida

## REFERÊNCIAS

ARGUEDAS, V.M. **Mediación pedagógica en salud sexual y reproductiva, derechos sexuales y reproductivos dirigida a adolescentes**. Revista Enfermería actual de Costa Rica, v. 5, n. 31, p 327-345, 2016.

BRASIL, M.S. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, M.S. **Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados**. 2014.

ESSACK, Z.; TOOHEY, J.; STRODE, A. **Reflecting on adolescents' evolving sexual and reproductive health rights: canvassing the opinion of social workers in KwaZulu-Natal, South Africa**. Reproductive Health Matters, v. 24, n. 47, p. 195-204, 2016.

FERRARI, W.; PERES, S.; NASCIMENTO, M. **Experiment and learning in the affective and sexual life of young women from a favela in Rio de Janeiro, Brazil, with experience of clandestine abortion.** *Ciência saúde coletiva*, v. 23, n. 9, p. 2937-2950, 2018.

HUNT, X.; BRAATHEN, S.H.; SWARTZ, L.; CAREW, M.T.; ROHLEDER, P. **Intimacy, intercourse and adjustments: Experiences of sexual life of a group of people with physical disabilities in South Africa.** *Journal of Health Psychology* v. 23, n. 2, p. 289-305, 2017a.

HUNT, X.; CAREW, M.T.; BRAATHEN, S.H.; SWARTZ, L.; CHIWAULA, M.; ROHLEDER, P. **The sexual and reproductive rights and benefit derived from sexual and reproductive health services of people with physical disabilities in South Africa: beliefs.** *Reproductive Health Matters*, v. 25, n. 50, p. 66-79, 2017b.

LEMOS, A. **Direitos sexuais e reprodutivos: percepção dos profissionais da atenção primária em saúde.** *Saúde debate*, v. 28, n. 101, p. 244-253, 2014.

MACINTYRE, A.K.J.; VEGA, A.R.M.; SAGBAKKEN, M. **Sexuality? Amillion things come to mind”: reflections on gender and sexuality by Chilean adolescents.** *Reproductive Health Matters*, v. 23, n. 46, p. 85-95, 2015a.

MACINTYRE, A.K.J.; VEGA, A.R.M.; SAGBAKKEN, M. **From disease to desire, pleasure to the pill: a qualitative study of adolescent learning about sexual health and sexuality in Chile.** *BMC Public Health*, v. 15, n. 1, p. 327-345, 2015b.

MORAES, S.P.; VITALLE, M.S.S. **Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência.** *Revista da Associação Médica Brasileira*, LUGAR, v. 58, n. 1, p. 48-52, 2012.

MÜLLER, A.; SPENCER, S.; MEER, T.; DASKILEWICZ, K. **The no-go zone: a qualitative study of access to sexual and reproductive health services for sexual and gender minority adolescents in Southern Africa.** *Reproductive Health*, v. 15, n. 1, p. 327-345, 2018.

NERY, I.S.; FEITOSA, J.J.M.; SOUSA, A.F.L.; FERNANDES, A.C.N. **Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes.** *Acta paulista de enfermagem*, v. 28, n. 3, p. 287-292, 2015.

TAQUETTE S.R. **Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência.** *Adolescência Saúde*, v. 1, n.1, p. 72-77, 2013.